

**FUNDAÇÃO OSWALDO ARANHA
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOLTA REDONDA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

JULIANA CLETO PEREIRA DA SILVA

A CONTABILIDADE COMO FERRAMENTA DE GESTÃO

**VOLTA REDONDA
2018**

**FUNDAÇÃO OSWALDO ARANHA
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOLTA REDONDA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

A CONTABILIDADE COMO FERRAMENTA DE GESTÃO

Monografia apresentada ao curso de Ciências Contábeis do UniFOA como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Ciências Contábeis.

Aluna:

Juliana Cleto Pereira da Silva

Orientadora:

Professora Mestre Débora Cristina
Lopes Martins

VOLTA REDONDA

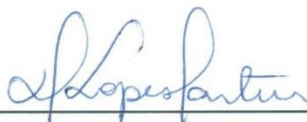
2018

FOLHA DE APROVAÇÃO

Trabalho de Conclusão de Curso intitulado A CONTABILIDADE COMO FERRAMENTA DE GESTÃO elaborado por Juliana Cleto Pereira da Silva, apresentado publicamente perante a Banca Avaliadora, como parte dos requisitos para conclusão do curso de Ciências Contábeis.

Aprovada em 21 de novembro de 2018.

Banca Avaliadora:



Professor Orientador
Débora Cristina Lopes Martins, Mestre - UniFOA



Professor Avaliador
Luciana Porto de Matos, Mestre - UniFOA



Professor Avaliador
Patrícia Nunes Costa Reis, Mestre - UniFOA

“Que nada nos limite, que nada nos defina, que nada nos sujeite. Que a liberdade seja nossa própria substância, já que viver é ser livre”.

(Simone Beauvoir)

Dedico este trabalho à memória do Mestre
Hyder Marcelo Araújo Lima.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus que permitiu que tudo isso acontecesse, ao longo da minha vida, e não somente nestes anos como universitária, mas que em todos os momentos é o maior mestre que alguém pode conhecer.

A minha orientadora, Débora Martins, pelos ensinamentos, confiança e paciência. O seu apoio foi fundamental na elaboração deste trabalho.

À coordenadora do curso de Ciências Contábeis, Patrícia Reis, pelo empenho e dedicação profissional.

RESUMO

À frente das demandas da sociedade, estão as organizações. Elas são encarregadas de produzir um produto ou prestar um serviço para atender às necessidades dos indivíduos. E, para obter sucesso no mundo dos negócios, é imprescindível uma gestão eficiente que atenda às premissas de cada segmento empresarial. O objetivo desse trabalho é apresentar a utilização da contabilidade como ferramenta de gestão, a sua influência na tomada de decisões, o papel de destaque que o contador possui dentro das organizações e a importância de os cursos de graduação em Ciências Contábeis estarem com suas matrizes curriculares sempre atualizadas em conformidade com as exigências atuais do mercado de trabalho. Utilizou-se como metodologia a pesquisa bibliográfica para abordar a relevância da contabilidade para as entidades a fim de evidenciar quão importantes são os dados contábeis para uma gestão eficiente. Realizou-se, também, uma análise do perfil ideal do profissional contábil do século XXI e do ensino da contabilidade, elaborando um quadro comparativo entre duas instituições de ensino superior do estado do Rio de Janeiro. Ao término desse estudo, verificou-se que o profissional contábil assumiu novas competências, desempenhando, também, um papel de gestor dentro das organizações. Além disso, foi possível constatar a necessidade da inserção de disciplinas voltadas para a área de gestão na matriz curricular dos cursos de Ciências Contábeis analisados. Em razão da utilização da contabilidade como ferramenta de gestão, o contador planeja quais ações poderão ser tomadas ao emitir relatórios e analisar demonstrações contábeis para condicionar a competitividade da empresa e assegurar o seu sucesso.

Palavras-Chave: Contabilidade; gestão; perfil profissional; matriz curricular.

ABSTRACT

At the forefront of society's demands are the organizations. They are in charge of producing a product or providing a service to meet the needs of individuals. And to be successful in the business world, efficient management is essential that meets the premises of each business segment. The purpose of this paper is to present the use of accounting as a management tool, its influence in decision making, the prominent role that the accountant has within the organizations and the importance of the undergraduate courses in Accounting Sciences with their curricular matrices always updated in accordance with the current demands of the labor market. The methodology used was the bibliographic research to address the relevance of accounting to the entities in order to highlight how important are the accounting data for an efficient management. An analysis of the ideal profile of the accounting professional of the 21st century and accounting education was also carried out, and a comparative table was drawn up between two higher education institutions in the state of Rio de Janeiro. At the end of this study, it was verified that the accounting professional assumed new competences, also playing a managerial role within the organizations. In addition, it was possible to verify the need to insert disciplines related to the management area in the curricular matrix of the courses in Accounting Sciences analyzed. Because of the use of accounting as a management tool, the accountant plans what actions can be taken when issuing reports and analyzing accounting statements to condition the company's competitiveness and ensure its success.

Key-words: Accounting; management; professional profile; curriculum.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. CONCEITO DE ORGANIZAÇÃO	12
3. DEFINIÇÃO DE GESTÃO	16
3.1 Modelos de Gestão	16
3.2 Modelo Diretivo x Modelo Participativo	17
4. A CONTABILIDADE E SEUS USUÁRIOS	21
4.1 A História da Contabilidade	21
4.2 Os Objetivos da Contabilidade	25
5. A CONTABILIDADE COMO FERRAMENTA DE GESTÃO	27
5.1 A influência da contabilidade na tomada de decisões	31
6. O PERFIL DO PROFISSIONAL CONTÁBIL	33
6.1 Áreas de atuação de profissional contábil	34
6.2 Conhecimentos, Habilidades e Atitudes	35
7. ANÁLISE DE MATRIZ CURRICULAR	39
7.1 IBMEC X UFRJ	39
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
9. REFERÊNCIAS	46

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Estratégias da Gestão Participativa	19
Quadro 2: Campos de atuação do contador	34
Quadro 3: Análise de disciplinas exigidas pela Resolução CNE/CES 10, 2004	41
Quadro 4: Disciplinas de gestão abordadas nas universidades	42

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Modelo Mecanicista x Modelo Orgânico	14
Figura 2: Modelo Diretivo x Modelo Participativo	17
Figura 3: Homem pastor inventariando o patrimônio	21
Figura 4: CHA – Conhecimentos, Habilidades, Atitudes	36

1. INTRODUÇÃO

As empresas estão cada vez mais competitivas, por isso, faz-se necessária a busca por informações fidedignas para que as entidades se mantenham cada vez mais fortes no mercado. Nota-se também que em uma parcela de organizações são fornecidos dados contábeis distorcidos e que são irrelevantes para a tomada de decisões. Sem informações precisas e sem suporte, os gestores não atuam de forma correta ao enfrentar obstáculos para manter a competitividade e garantir a sobrevivência das empresas.

Nesse sentido, a contabilidade aparece como fator relevante para a tomada de decisões. Cada vez mais pode-se perceber a importância do papel do contador dentro das organizações para passar informações qualitativas e quantitativas no sentido de auxiliar a gestão das empresas. Segundo esse princípio, Marion (2009) afirma que:

A contabilidade é o grande instrumento que auxilia a administração a tomar decisões. Na verdade, ela coleta todos os dados econômicos, mensurando-os monetariamente, registrando-os e resumindo-os em forma de relatórios ou de comunicados, que contribuem sobremaneira para a tomada de decisões. (MARION, 2009, p. 25)

O objetivo desse estudo é apresentar a utilização da contabilidade como ferramenta de gestão, a sua influência na tomada de decisões, o papel de destaque que o contador possui dentro das organizações e a importância de os cursos de graduação em Ciências Contábeis estarem com suas matrizes curriculares sempre atualizadas em conformidade com as exigências atuais do mercado de trabalho.

Para isso, esse estudo percorre uma linha do tempo, que começa no surgimento das organizações e da contabilidade, atravessa as modificações ocorridas no mundo dos negócios até chegar ao contexto atual da era tecnológica.

2. CONCEITO DE ORGANIZAÇÃO

As organizações contemporâneas têm como premissa atender às necessidades da sociedade, prestando serviços ou produzindo itens em diversos setores tais como alimentício, vestuário, beleza, automotivo, transporte, hospitalar, dentre outros.

Sendo assim, Coelho (2004) relata como funcionavam as atividades em tempos remotos:

Na antiguidade, roupas e víveres eram produzidos na própria casa, para os seus moradores; apenas os excedentes eventuais eram trocados entre vizinhos ou na praça. [...] Alguns povos da Antiguidade, como os fenícios, destacaram-se intensificando as trocas e, com isto, estimularam a produção de bens destinados especificamente à venda. Esta atividade de fins econômicos, o comércio, expandiu-se com extraordinário vigor. (COELHO, 2004, p. 5).

Em tempos passados não era necessário juntar pessoas com a finalidade de produzir um bem ou prestar um serviço. Contudo, por conta da modernização e a globalização no mundo, vieram as mudanças e, com elas, a premência de unir pessoas com propósitos iguais para atender ao volume de solicitações diversificadas desse novo modelo econômico na Indústria 4.0.

O termo Indústria 4.0 surgiu em 2011 na feira de Hanover e menciona-se à Quarta Revolução Industrial. Essa revolução foi ocasionada por um projeto de estratégia de alta tecnologia do governo alemão, e como consequência alavancou a informatização do setor industrial.

De acordo com o autor Schwab (2016):

A Quarta Revolução Industrial é diferente de tudo o que a humanidade já experimentou. Novas tecnologias estão fundindo os mundos físico, digital e biológico de forma a criar grandes promessas e possíveis perigos. A velocidade, a amplitude e a profundidade desta revolução estão nos forçando a repensar como os países se desenvolvem, como as organizações criam valor e o que significa ser humano. (SCHWAB, 2016, p. 6)

As mudanças fundamentais dessa revolução são observadas na união de diversas tecnologias, ocasionando impactos em todo negócio, começando pela

liderança, que deverá estar sucessivamente em atualização para atender as demandas da sociedade e chegando até o cliente, que estará cada vez mais rigoroso e ativo, no que diz respeito aos produtos ou serviços disponibilizados.

O que difere a Indústria 4.0 dos modelos tradicionais de organização, segundo Maximiano (2018), é o uso intensivo da tecnologia da informação e dos modelos de gestão fundamentados na participação e no conhecimento, além da hierarquia gerencial ser substituída por equipes auto gerenciadas.

Para Maximiano (1992), a organização é tida como uma combinação de esforços individuais que tem por finalidade realizar propósitos coletivos. Por meio de uma organização torna-se possível perseguir e alcançar objetivos que seriam inatingíveis para uma pessoa.

Já Lacombe (2003) denomina organização como um agrupamento de indivíduos, que se aliam de maneira estruturada, elaborando estratégias para obterem resultados planejados a todos os seus integrantes.

E, de acordo com Moraes (2004):

Organizações são instituições sociais e a ação desenvolvida por membros é dirigida por objetivos. São projetadas como sistemas de atividades e autoridade, deliberadamente estruturados e coordenados, elas atuam de maneira interativa com o meio ambiente que as cerca. (MORAES, 2004, p. 91).

Nesse trilhar, Weber (apud Marion, 2018) acredita que “qualquer sociedade, organização ou grupo que se baseie em leis racionais é uma burocracia”. Portanto, burocracia é um fundamento para estabelecer as coletividades. E foi através dessa teoria que Weber definiu o modelo de organização chamado mecanicista.

Por sua vez, Maximiano (2018) faz menção a Karl Emil Maximilian Weber, professor universitário e consultor do governo alemão. Durante a primeira guerra mundial, disponibilizou-se como voluntário para o serviço médico e foi designado para organizar os hospitais militares em Heidelberg. Weber era a favor da guerra em seu início, pois percebia a necessidade de consolidar o poderio da Alemanha. Logo depois, acabou por tornar-se crítico do expansionismo e da guerra. Sua principal obra foi a Economia e Sociedade.

Marion (2018) relata que o modelo mecanicista de organização aplica-se em:

Organizações altamente regulamentadas, que procuram funcionar como máquinas, é adequado a condições ambientais relativamente estáveis. As tarefas são especializadas e precisas, a hierarquia e o controle são bem definidos. A responsabilidade pela coordenação, assim como a visão de conjunto, pertence exclusivamente aos ocupantes de cargos gerenciais, começando pelo papel predominante da alta administração. A comunicação vertical é enfatizada. Organizações desse tipo valorizam a lealdade e obediência aos superiores. O tipo mecanicista corresponde à burocracia legal-racional descrita no tipo ideal de Max Weber.

No decorrer do século XX, novos modelos de organização foram desenvolvidos. Esses modelos além de manter as teorias de Weber, também ampliaram suas concepções. Segundo Marion (2018), os novos modelos foram baseados em pesquisas de Burns e Stalker.

O modelo orgânico de organização compara as organizações a organismos. A seguir, Marion (2018) esclarece que:

Essas organizações são adequadas a condições instáveis, ou seja, aos ambientes com os quais não têm familiaridade ou que oferecem incerteza e riscos. Ambientes assim oferecem problemas complexos que não podem ser resolvidos por pessoas com especialidades tradicionais. Por isso, nos sistemas orgânicos, há contínua redefinição de tarefas. Ninguém é especialista em nada, ou todos são especialistas em tudo.

A Figura 1 faz um comparativo entre os dois modelos de organização.

	MAIS BUROCRACIA	MENOS BUROCRACIA	
+	• Modelo mecanicista de organização	• Modelo orgânico de organização	-
	• Comportamento dependente de regras	• Comportamento dependente da iniciativa pessoal	
	• Modelo adequado a condições de estabilidade	• Modelo adequado a condições de turbulência	

Figura 1: Modelo Mecanicista x Modelo Orgânico

Fonte: Marion (2018)

Pode-se dizer que, ainda hoje, as organizações são divididas em três setores constituídos por empresas públicas, privadas e pelas organizações sem fins

lucrativos. Tais entidades devem ser planejadas, organizadas, lideradas e controladas por gestores e, em um mercado dinâmico e disponível para mudanças a todo tempo, o ideal para sobrevivência de uma organização é uma gestão inteligente.

3. DEFINIÇÃO DE GESTÃO

As organizações carecem de ferramentas de gestão que favoreçam celeridade e flexibilidade adequadas às expectativas da sociedade. Para tanto, conhecer os processos auxilia entender os problemas, definir planos e ações pertinentes de melhoria a fim de implementar indicadores para o controle efetivo de operações, entre outros benefícios.

Nesse trilhar, Perez Júnior e Hernandez (1995) destacam que gerir representa a forma pela qual a empresa irá administrar seu empreendimento, decorrente da missão estabelecida e dos propósitos e objetivos a serem alcançados, bem como as crenças e valores dos principais executivos da organização.

Já Chiavenato (2002), Lacombe e Heilborn (2003) definem gestão como sendo a configuração do planejar, organizar, liderar, coordenar, controlar e avaliar os esforços de uma equipe constituinte da organização, e as tarefas e atividades realizadas para atingir um resultado comum.

Desse modo, a finalidade da gestão está em elaborar planos, pareceres, relatórios e projetos, e ainda gerir pessoas de forma efetiva com o objetivo de alcançar metas e obter resultados satisfatórios para uma organização, como buscar lucros e reduzir custos. Uma boa gestão é um fator de sucesso para a empresa.

3.1 Modelos de Gestão em Organizações

Um grande desafio da contemporaneidade é fazer os gestores pensarem a longo prazo, no sentido de traçarem objetivos consistentes a fim de buscar resultados empresariais satisfatórios.

Conquanto, cabe ao gestor escolher o melhor modelo de gestão que coadune com o alinhamento entre decisões gerenciais de suas diferentes áreas e estratégias vigentes a fim de possibilitar o desenvolvimento de seu negócio. Para tanto, torna-se necessário analisar os diversos modelos de gestão existentes.

Outrossim, Ferreira *et al* (2005) definem o modelo de gestão como sendo o modo de gerir por meio de um exemplo já existente, realizando apenas as modificações consideradas essenciais de cada organização.

No que se refere à Gestão Empresarial, Nascimento *et al* (2008) a definem como sendo:

O exercício de atividades coordenadas dirigidas à tomada de decisões que permitam às empresas o alcance pleno de seus objetivos, diretamente relacionados à sua existência. Tais atividades – interpretação de acontecimentos internos e externos, tomada de decisões, controle de resultados, entre outras, executadas pelo homem gestor, envolvem princípios que devem orientá-las para um só fim e que dependem do trabalho em equipe e da interação entre áreas/setores. (NASCIMENTO *et al*, p. 1, 2008).

É necessária uma atenção estratégica dos gestores no intuito de verificar qual o modelo apropriado para determinado tipo de trabalho em execução. Para decidir qual o modelo de gestão ideal é preciso conhecimento e planejamento.

3.2 Modelo Diretivo x Modelo Participativo

De acordo com Likert (1975), existem dois modelos básicos de gestão: o modelo diretivo e o modelo participativo. O modelo diretivo tira proveito essencialmente da autoridade para conseguir obediência, enquanto o modelo participativo distingue-se por usufruir da liderança e autonomia. A Figura 2 apresenta as principais diferenças entre os dois modelos de gestão:

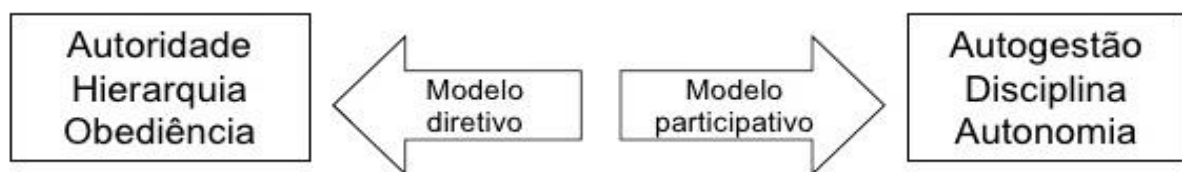


Figura 2: Modelo Diretivo x Modelo Participativo

Fonte: Disponível em <<http://pt.slideshare.net/mmontai/a-administracao-participativa-e-a-aplicacao-nas-organizaes>> Acesso em 22 de outubro de 2018.

O modelo diretivo-autoritário foi concretizado nas organizações através de Taylor, Ford e Fayol que ressaltaram a função dos diretores e a uniformização do desempenho dos colaboradores. Esse modelo possui procedência na origem das entidades e da sociedade, e utiliza-se de ferramentas de imposição.

Maximiano (2018) apresenta os principais mentores da Administração, começando por Frederick Winslow Taylor, um engenheiro norte-americano, responsável pela inserção da Administração Científica. Taylor inovou os procedimentos de produção no início do século XX e elaborou o princípio que desenvolveu a Teoria Geral da Administração. Sua base central é a eficiência e eficácia na área operacional.

Em 1911, Taylor escreveu sua principal obra, em "*Principles do Scientific Management*" (Princípios da Administração Científica) o autor apresenta todo o seu fundamento sobre a administração. Até hoje as organizações se utilizam de suas ideias, com sutis adequações. E, por esse feito, Taylor é reconhecido como o pai da Administração Científica.

O segundo mentor, de acordo com Maximiano (2018), foi Henry Ford, empreendedor estadunidense e fundador da *Ford Motor Company*. Ford foi reconhecido por efetuar em menos tempo e com um menor custo a montagem de automóveis. A incorporação do modelo Ford T inovou a indústria dos Estados Unidos em 1908 e seus ideais foram responsáveis pelo desenvolvimento da mecanização do trabalho e produção em massa. Henry Ford também definiu um regime de metas, declarando que "X" carros deveriam ser elaborados em "Y" dias. Diante de todas essas razões, tornou-se uma grande referência para os estudos na área de administração.

Maximiano (2018) cita, também, Jules Henri Fayol, engenheiro francês, pioneiro da Teoria Clássica da Administração e autor do famoso livro "*Administration Industrielle et Générale*" (Administração Industrial e Geral), publicado em 1916. Sua mais importante contribuição para a Teoria Geral da Administração foi definir as principais funções do gestor, o conhecido POCCC (Planejar, Organizar, Comandar, Coordenar e Controlar).

A organização autoritária é centralizada, já que o poder de tomada de decisões é limitado em poucas autoridades. As atividades são geridas apenas em um setor central. Ao contrário do modelo diretivo, encontra-se o modelo participativo datado do início do século XIX, quando as ideias eram adeptas à participação.

Um fato importante que ocorreu neste período para que os ideais se transformassem, foi a Revolução Industrial e, segundo Maximiano (2018), quando os sindicatos estabeleceram que as organizações devessem compartilhar determinadas informações e decisões com os representantes dos colaboradores. Desde então, o modelo participativo vem se desenvolvendo constantemente.

As estratégias da gestão participativa congregam-se em diferentes divisões. Tomando como base Gomes et al (2013), as mais importantes são: “aprimoramento da informação, participação no processo decisório, equipes auto gerenciadas, participação na direção, participação nos resultados e a autogestão”. No quadro 1, a seguir, observa-se detalhadamente as estratégias e suas descrições:

Quadro 1: Estratégias da Gestão Participativa.

Estratégia	Descrição
Aprimoramento da Informação	Consiste em aperfeiçoar os meios de comunicação com os funcionários e clientes, isto é, a melhoria da administração visual e a redução da distância social.
Participação no Processo Decisório	Os indivíduos colaboram na tomada de decisões. As organizações começam a envolver as pessoas, individualmente ou coletivamente, ou seja, as pessoas são consultadas para soluções de determinados problemas.
Equipes Auto Gerenciadas	É um conjunto de pessoas unidas para alcançar um objetivo, e para isso elas trabalham dentro de um setor de autonomia determinada por um acordo com a administração.
Participação na Direção	Integra o setor de poder da organização contribuindo no processo de decisões de um gestor ou determinado departamento da empresa
Participação nos Resultados	Com a cooperação dos colaboradores diante dos problemas e da tomada de decisões, por conseguinte, o privilégio de beneficiarem-se dos resultados de seus empenhos. A participação dos funcionários nos lucros ou resultados da organização está regulamentada pela Lei 10 101/00 de 19/12/00.
Autogestão	Quando há uma autonomia plena de um indivíduo ou uma equipe para gerir um empreendimento. Contudo, ela ocorre somente quando os empreendedores são os próprios proprietários, como por exemplo, associações, cooperativas, repúblicas, dentre outros.

Fonte: Adaptado de Maximiano (1995).

As diversas análises realizadas demonstram, segundo Gomes *et al* (2013) que as condições identificadas como fator de sucesso são encontradas nas organizações que executam sua gestão de modo participativo.

4. A CONTABILIDADE E SEUS USUÁRIOS

4.1 A História da Contabilidade

Observa-se nas palavras do autor Marion (2012) que “os primórdios da contabilidade resumem-se praticamente no homem primitivo contando seu rebanho”. Embora bastante rudimentar, percebe-se os primeiros indícios de um relatório contábil e uma análise da alteração da riqueza quando o homem realizava a contagem de seu rebanho. É interessante notar o homem refletindo sobre o quanto seu rebanho modificou de uma estação para outra, checando a quantidade de pedrinhas em duas temporadas.

Durante a fase empírica da contabilidade, o homem pastor utilizava-se de desenhos, figuras e imagens para inventariar o seu patrimônio, conforme pode ser observado na Figura 3, a seguir:



Figura 3: Homem pastor inventariando o Patrimônio.

Fonte: Disponível em <<http://www.supercoloring.com/pt/desenhos-para-colorir/parabola-das-ovelhas-e-dos-bodes>> Acesso em 06 de outubro de 2018.

Considerado o mais antigo de todos os livros, a Bíblia, em “O Livro de Jó”, versículo três do primeiro capítulo, diz o seguinte: “E era o seu gado sete mil ovelhas, e três mil camelos, e quinhentas juntas de bois e quinhentas jumentas”. Esse é um dos diversos exemplos que mostram existência da contabilidade desde os povos primitivos (IUDICIBUS; MARION, 2002). Portanto, embora de forma rudimentar, essa passagem bíblica representa o ato de inventariar o Patrimônio, demonstrando a preocupação do pastor em manter o controle de seu rebanho.

Com o transcorrer das eras, foram aperfeiçoados os diversos aspectos de registrar os acontecimentos contábeis que originavam esses relatórios. Diante desse cenário, verifica-se que a contabilidade se prepara para alcançar seu desenvolvimento a partir do século XIII quando surgiu a Escola Italiana de Contabilidade consolidada por Luca Pacioli.

Luca Bartolomeo de Pacioli, de acordo com Sá (2004) era um frade franciscano italiano, foi um célebre matemático. Por ser o mentor do método das partidas dobradas é estimado como o pai da contabilidade moderna.

Iudícibus (2010) menciona o primeiro registro completo do sistema de escrituração por partidas dobradas mediante o Frei Luca Pacioli. Ele tinha todo o sistema e ainda relatava como se compreendia todos os lançamentos contábeis. A regra básica que o método das partidas dobradas apresenta é que para cada débito existe um crédito correspondente e vice-versa. Para um entendimento mais adequado, é relevante salientar que as contas do ativo aumentam por débito e diminuem por crédito, enquanto as contas do passivo e patrimônio líquido, aumentam por crédito e diminuem por débito.

Já de acordo com Schmidt (2006), o Frei Luca Pacioli foi o primeiro a revelar os métodos de partidas dobradas por intermédio do seu livro, “*Summa de arithmetica, geometria, Proportioni et proportionalita*”, publicado em Veneza em 1494. Pacioli tornou-se renomado pelo fato do capítulo, “*Particulario de computies et scripturis*”, deste livro que abordava sobre a contabilidade.

A Escola Italiana de Contabilidade é uma escola que foi fundada para criar, juntar e propagar ideias contabilistas. Ela comandou a contabilidade mundial desde 1494, com o surgimento do estudo contábil de frei Luca Pacioli, até o início

do século XX, quando ela foi desbancada pela Escola Contábil Americana. A Escola Italiana foi responsável por conceder ampla parte dos vocábulos empregados até os dias atuais na contabilidade, como por exemplo: débito e crédito, diário e razão, balanço e balancete, dentre outros.

José Carlos Marion (*apud* SILVA, CARLI & PEREIRA, 1991, p.32) afirma que:

A mudança de enfoque da Escola Italiana para a Escola Americana deu-se em função da influência de algumas empresas de auditoria, que acompanhavam as multinacionais anglo-americanas. Estas, através de manuais de procedimentos e treinamento, formaram profissionais que preparariam as normas contábeis em nível governamental, influenciando, assim, as empresas menores, incluindo legisladores e outros.

Marion (2012) relata que a Escola Contábil Americana nasceu em 1887 juntamente com a formação da Associação Estadunidense de Contadores Públicos (*American Association of Public Accountants*), que veio a originar o atual Instituto Estadunidense de Contadores Públicos Certificados (*American Institute of Certified Public Accountants*). Fazia-se necessário informar adequadamente os usuários da contabilidade e havia uma grande preocupação em torná-la benéfica para a tomada de decisões. Devido a esses fatores, foi criada a Escola Contábil Americana.

Marion (2012) ainda afirma que após a Depressão de 1929, no século XX, a contabilidade tornou-se evidente nos Estados Unidos com o avanço da economia, por conseguinte a Escola Americana consolidou-se no cenário contábil mundial e o influencia até os dias atuais.

Em última análise, Marion (2012) descreve que, no Brasil, em 1902, foi criada a Escola de Comércio Álvares Penteado utilizando-se basicamente das raízes italiana e alemã de contabilidade, com o intuito de regulamentar e oficializar a profissão contábil para monitorar o patrimônio das empresas. Em 1946, a Escola Contábil Americana adentrou-se no país a partir do lançamento do livro *Contabilidade Introdutória*, no início dos anos 70, quando a escola americana efetivamente instaurou uma ampla influência no ensino da contabilidade.

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM)

são os órgãos que mais influenciam o cenário contábil no Brasil, enunciando pronunciamentos que colaboram no crescimento da contabilidade do país. Adicionalmente, o Banco Central e a Receita Federal também operam na legislação contábil (IUDÍCIBUS, 2002).

Carneiro *et al* (2017) definem o Conselho Federal de Contabilidade como sendo uma autarquia especial corporativa, dotada de personalidade jurídica de direito público, criada pelo Decreto-Lei 9.295, de 27 de maio de 1946. E tem como principal finalidade: registrar, normatizar e fiscalizar o exercício da profissão e promover a educação continuada, conforme previsto na Lei 12.249/10, que alterou o mencionado Decreto-Lei 9.295.

De modo geral, o CFC, além de supervisionar, gerenciar e regulamentar a atividade do profissional contábil, edita princípios e normas de contabilidade que constituem o regulamento do exercício profissional. Carneiro *et al* ainda evidenciam que o sistema CFC é constituído por 27 Conselhos Regionais de Contabilidade, situam-se em cada uma das Unidades da Federação, e é composto atualmente por mais de 500 mil profissionais registrados.

Já o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil originou-se em 1971 para dar maior representatividade ao segmento dos auditores independentes. Conforme Carneiro *et al* (2017) o instituto foi o maior contribuinte para o desenvolvimento da profissão no Brasil e afirma que, ao longo dos anos, a relação internacional da instituição se expandiu com parcerias com a IFRS *Foundation* e proporcionou ao IBRACON adquirir a autorização para traduzir o livro “Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS)”, emitidas pelo IASB.

E a Comissão de Valores Mobiliários, de acordo com Carneiro *et al* (2017) foi formulada pela Lei 6.385, de 1976, e tem como finalidade fiscalizar, normatizar, disciplinar e desenvolver o mercado de valores mobiliários no Brasil. É uma entidade autárquica em regime especial, vinculada ao Ministério da Fazenda, com personalidade jurídica e patrimônio próprio.

O Banco Central do Brasil foi formado em 1964 com a promulgação da Lei nº 4.595. De acordo com Carneiro *et al* (2017), “o BACEN é uma autarquia federal que

compõe o sistema financeiro brasileiro, organismo vinculado, atualmente, ao Ministério da Fazenda”. Ele é a autoridade monetária dominante do país, e em vista disto comanda as operações das instituições financeiras e equiparadas do Brasil.

A Secretaria da Receita Federal do Brasil é responsável pelo gerenciamento dos tributos de competência da União, incluindo os previdenciários e os que incidem sobre o comércio exterior, que englobam significativamente as contribuições sociais do país. Carneiro et al (2017) descrevem que a Receita Federal é um órgão especial e único, subordinado ao Ministério da Fazenda, que possui atribuições fundamentais para o Estado atingir os seus objetivos. Além disso, ele contribui com o Poder Executivo Federal na elaboração da política tributária brasileira, previne e combate a sonegação fiscal, o contrabando, a pirataria, o tráfico de drogas e de animais e outras práticas ilegais referentes ao comércio internacional.

No que diz respeito às expectativas contábeis para o Brasil, Ludícibus (2006) garante que um avanço contínuo e harmônico é capaz de consolidar a contabilidade brasileira, entretanto, é indispensável a efetivação de algumas questões relevantes: prosseguimento em pesquisas a respeito dos princípios contábeis mediante os órgãos representantes da classe contábil; formação apropriada para estudantes via excelentes graduações em Ciências Contábeis; diligência das instituições, especialmente as universidades, no que diz respeito à pesquisa contábil, treinamento e atualização de seu do corpo docente.

4.2 Os Objetivos da Contabilidade

A contabilidade é conceituada como um mecanismo de informação designado a fornecer aos seus usuários, alternativas para auxiliá-los a tomar decisões. Habitualmente, os relatórios contábeis, compostos de informações significativas que envolvem dados financeiros, como por exemplo, o fluxo de caixa, são os principais mecanismos de informação para a tomada de decisões dos usuários da contabilidade.

Os usuários, por sua vez, são classificados como pessoas físicas ou jurídicas interessados em compreender informações de uma organização. As pessoas físicas são todos os seres humanos e, mesmo que ainda não tenham o CPF (Cadastro de

Pessoa Física) junto à Receita Federal, todos são considerados como uma pessoa física ao nascer. Enquanto as pessoas jurídicas são definidas como um conjunto de pessoas instituído perante a lei com uma finalidade, como por exemplo, uma prestação de serviços ou uma comercialização de produtos. Os usuários classificam-se também como internos e externos. Os usuários internos são conhecidos como gerentes, diretores, administradores e colaboradores em geral, e os usuários externos à empresa são os acionistas, instituições financeiras, fornecedores e sindicatos.

Tomando-se como base o autor Marion (2012), o objetivo fundamental da contabilidade é o de conceder aos grupos de usuários a estimativa da posição econômica e financeira da companhia. O autor ainda afirma que “a contabilidade é uma ciência social, pois estuda o comportamento das riquezas que se integram no patrimônio, em face das ações humanas”.

Sintetiza-se no geral, que o contador gerencia bancos de dados que se situam no sistema de informação para possibilitar a tomada de decisões, bem como dos usuários internos tal qual dos usuários externos.

5. A CONTABILIDADE COMO FERRAMENTA DE GESTÃO

A contabilidade é um instrumento essencial para a gestão das organizações. Ela estuda as variações, qualitativas e quantitativas, sucedidas no patrimônio da companhia. Há algum tempo, os encarregados de gerir as entidades certificaram-se da importância dos dados contábeis, e eles vão muito além de atender a exigência das legislações. A gestão de uma empresa é um procedimento burocrático carecido de uma apropriada base de informações, e nesse sentido a contabilidade é fundamental.

Ludícibus (2004) afirma que a contabilidade está associada a um mecanismo de identificação, mensuração e comunicação de informações designadas a instruir as decisões de origem econômico-financeira. Diante das informações contábeis, acredita-se que os usuários estejam mais aptos para tomar decisões adequadas para o sucesso de seus negócios. É de extrema importância a análise e a revisão de acontecimentos ocorridos dentro da empresa, para esclarecer as causas determinantes ou constitutivas.

A contabilidade é a ciência mais exata com mecanismos precisos para as gestões administrativas, financeiras, econômicas, e ainda sociais e ambientais. Ela registra a circulação, a geração e distribuição da riqueza das organizações, além de analisar relatórios financeiros. Sintetizando, a contabilidade tem como finalidade zelar pelo patrimônio de seus usuários.

O autor Ribeiro (2013) define patrimônio como “um conjunto de bens, direitos e obrigações de uma pessoa, avaliado em moeda”. O autor ainda esclarece que:

Bens são objetos capazes de satisfazer as necessidades humanas e suscetíveis de avaliação econômica. [...] Direitos são os valores que a empresa tem para receber de terceiros. Terceiros, neste caso, correspondem a todas as pessoas que se relacionam com a empresa, como os clientes. [...] Obrigações representam os valores que a empresa tem para pagar a terceiros. Nesse caso, terceiros são: fornecedores, bancos, empregados, governo. (RIBEIRO, 2013, p. 11, 12 e 13)

No que diz respeito à contabilidade como ferramenta de gestão, para obter um equilíbrio positivo no patrimônio são indispensáveis determinados relatórios que são disponibilizados apenas pela contabilidade. Tomando-se como base o autor Ribeiro (2013), o artigo 176 da Lei no. 6.404/1976 estabelece que, ao fim de cada

exercício social, a diretoria da empresa deve elaborar, com base na escrituração mercantil, as seguintes demonstrações financeiras:

- I. Balanço Patrimonial;
- II. Demonstração do Resultado do Exercício;
- III. Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados;
- IV. Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- V. Demonstração do Valor Adicionado.

O autor também afirma que elas devem exprimir com clareza a situação do patrimônio da empresa e as mutações ocorridas no exercício. Além disso, as demonstrações devem ter notas explicativas como complemento para o adequado parecer da situação patrimonial e do resultado do exercício.

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que relata o patrimônio da organização, tanto quantitativamente como qualitativamente. O artigo 178 da Lei n. 6.404/1976¹ estabelece que:

Art. 178. No balanço, as contas serão classificadas segundo os elementos do patrimônio que registrem, e agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e a análise da situação financeira da companhia.

§ 1º. No ativo, as contas serão dispostas em ordem decrescente de grau de liquidez dos elementos nelas registrados, nos seguintes grupos:

I — ativo circulante; e

II — ativo não circulante, composto por ativo realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível.

§ 2º. No passivo, as contas serão classificadas nos seguintes grupos: I — passivo circulante;

II — passivo não circulante; e

III — patrimônio líquido, dividido em capital social, reservas de capital, ajustes de avaliação patrimonial, reservas de lucros, ações em tesouraria e prejuízos acumulados.

§ 3º. Os saldos devedores e credores que a companhia não tiver direito de compensar serão classificados separadamente. (ART. 178, LEI Nº 6.404/76)

A Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) disponibiliza o resultado que a organização alcançou, se foi lucro ou prejuízo no andamento de suas atividades no decorrer um período equivalente a um ano. O artigo 187 da Lei o n. 6.404/1976 designa que:

Art. 187. A demonstração do resultado do exercício discriminará:

I. a receita bruta das vendas e serviços, as deduções das vendas, os abatimentos e os impostos;

II. a receita líquida das vendas e serviços, o custo das mercadorias e serviços vendidos e o lucro bruto;

¹ Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6404consol.htm

III. as despesas com as vendas, as despesas financeiras, deduzidas das receitas, as despesas gerais e administrativas, e outras despesas operacionais;

IV. o lucro ou prejuízo operacional, as outras receitas e as outras despesas;

V. o resultado do exercício antes do Imposto sobre a Renda e a provisão para o imposto;

VI. as participações de debentures, empregados, administradores e partes beneficiárias, mesmo na forma de instrumentos financeiros, e de instituições ou fundos de assistência ou previdência de empregados, que não se caracterizem como despesa;

VII. o lucro ou prejuízo líquido do exercício e o seu montante por acabo do capital social.

§1º. Na determinação do resultado do exercício serão computados:

a) as receitas e os rendimentos ganhos no período, independentemente da sua realização em moeda; e

b) os custos, despesas, encargos e perdas, pagos ou incorridos, correspondentes a essas receitas e rendimentos.

§2º. (Revogado). (Redação dada pela Lei no 11.638, de 2007 e Medida Provisória no. 449/2008, convertida na Lei no. 11.941/2009). (ART. 187, LEI Nº 6.404/76)

A Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA) é um relatório contábil que tem como intuito destacar o saldo inicial da conta lucros ou prejuízos acumulados, os ajustes de exercícios anteriores, as reversões de reservas, o lucro líquido do exercício e a sua destinação. O artigo 186 da Lei no. 6.404/76 dispõe que:

Art. 186. A demonstração de lucros ou prejuízos acumulados discriminará:

I. o saldo do início do período e os ajustes de exercícios anteriores;

II. as reversões de reservas e o lucro líquido do exercício;

III. as transferências para reservas, os dividendos, a parcela dos lucros incorporada ao capital e o saldo ao fim do período.

§1º. Como ajustes de exercícios anteriores serão considerados apenas os decorrentes de efeitos de mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

§2º. A demonstração de lucros ou prejuízos acumulados deverá indicar o montante do dividendo por acabo do capital social e poderá ser incluída na demonstração das mutações do patrimônio líquido, se elaborada e publicada pela companhia.

De acordo com Ribeiro (2013), a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) é um relatório contábil que permite verificar as operações ocorridas dentro de um intervalo de tempo e que ocasionam alterações no saldo do caixa da organização. Para efeitos de DFC, os fluxos de caixa além de abranger os movimentos da conta caixa e da conta bancos conta movimento, ela abrange as aplicações financeiras de alta liquidez. Sendo assim, o fluxo de caixa compreende todas as contas que são classificadas no grupo das Disponibilidades. Ao analisar uma DFC, os usuários

devem perceber com facilidade a origem e o destino de todos os recursos financeiros que transcorreram pelo caixa da entidade.

Conforme a Lei 6.404/1976, a DFC não possui um modelo a ser seguido pelas empresas. A lei apenas definiu no inciso I do artigo 188, que a DFC deverá segregar as mutações ocorridas em três fluxos: i. das operações; ii. dos financiamentos; iii. dos investimentos. Ao formular uma DFC, as aplicações financeiras deverão ser classificadas como equivalentes de caixa e devem ser mencionadas nas notas explicativas. Já o Conselho Federal de Contabilidade, através da NBC TG 03, decretou que a formulação da DFC deverá estar em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS).

Ribeiro (2013) afirma que a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é um relatório contábil que apresenta a quantidade de riqueza que a organização gerou, ou seja, a quantidade que ela aumentou de valor aos seus recursos produtivos. Além disso, a DVA demonstra de qual maneira e qual a quantidade que foi repartida essa riqueza, como por exemplo, entre os colaboradores, os acionistas, os financiadores de capital e o governo, tal qual como a quantia da riqueza que não foi repartida.

Dessa forma, Ribeiro conclui que a DVA tem como finalidade evidenciar a origem da riqueza produzida pela empresa, e de que modo ela foi distribuída entre os diversos setores que cooperaram, tanto diretamente como indiretamente, para a sua geração. O valor adicionado que é apresentado na DVA equivale a diferença entre o valor da receita obtida e o valor dos custos utilizados na produção.

Tomando-se como base todas as demonstrações apresentadas, verifica-se que a contabilidade é uma ferramenta de gestão de uma organização quando retrata de maneira transparente a imagem da entidade através de seus diversos demonstrativos. Ela contribui de maneira extremamente útil para a eficácia e eficiência da gestão. E nos dias atuais, as organizações atuam em um ambiente sobrecarregado por mudanças constantes.

O empreendedor se preocupa em possuir uma ferramenta que possibilite uma análise para aumentar seu patrimônio, gerar riqueza ao país e oportunidades de emprego aos cidadãos. Com a utilização dos benefícios que a contabilidade

proporciona, os gestores conseguem avaliar os riscos para tomar providências que viabilizem cada vez mais lucro para a empresa.

Silva (2002) afirma que:

Um dos prováveis fatores que fez com que a contabilidade ganhasse maior relevância como instrumento de apoio a gestão dos negócios das empresas [...], deixando, inclusive, de ser terceirizada, é a globalização de mercados e o conseqüente aumento da competitividade.

Isto porque tais fenômenos vêm exigindo das empresas um estilo de administração mais qualificada, com valorização do seu quadro de colaboradores, entre os quais, o contador. (SILVA, 2002, p. 19)

Vale enfatizar que o sucesso das organizações é embasado na obtenção de lucro, na qualidade do seu produto ou na prestação de seu serviço, e na habilidade de permanecer ativo no mercado. Com os cálculos de custos, o controle de despesas, eliminando os desperdícios, as provisões de receitas e resultados, o monitoramento de produção, a utilização da contabilidade como ferramenta de gestão será a maior aliada do empreendedor, principalmente para a tomada das decisões.

5.1 A influência da contabilidade na tomada de decisões

A contabilidade é o ponto central de todas as informações da organização. Nesse sentido, ela registra e projeta diversas circunstâncias, e com isso oferece os possíveis caminhos que a entidade poderá seguir. De acordo com Swerts (2003), “para que as informações prestadas pela contabilidade tenham utilidade para as tomadas de decisões, devem permitir ao usuário interno uma análise minuciosa de todas as operações, posições, comparações, evoluções, projeções e desempenhos da empresa”.

Swerts (2003) ainda afirma que a contabilidade tem uma função essencial, considerando que a tomada de decisões é baseada em informações por ela prestadas, e ainda a ela adicionando uma ampla parcela de responsabilidade pelo desempenho da organização e dos gestores, pois quando essa informação é útil, precisa e tempestiva, os gerentes certamente decidirão da melhor maneira possível.

Para que o contador consiga evidenciar informações necessárias para a tomada de decisões é fundamental que a organização seja bem estruturada, que

possua um sistema de informações integrado, de maneira que ao efetuar transações financeiras e operacionais, como por exemplo, comprar e vender, pagar e receber, essas informações sejam encaminhadas rapidamente ao contador para que assim ele possa resultá-las em informes vantajosos e confiáveis para o processo decisório, reconhecendo seu trabalho como profissional e a contabilidade como ciência e técnica.

6. O PERFIL DO PROFISSIONAL CONTÁBIL

Perante a globalização e o desenvolvimento tecnológico, a contabilidade reformulou-se percorrendo múltiplos processos para que os especialistas desse setor se ajustassem ao mercado competitivo, embora ainda seja visto, por alguns empresários, somente como um servidor para elaborar cálculos e preencher documentos para atender ao fisco.

Todavia, o contador contemporâneo não é mais um simples “guarda livros”; o novo contador é um profissional que agora se mantém sempre atualizado e adquire cada vez mais conhecimento, avaliando dados, sugerindo ideias e contribuindo para a tomada de decisões.

Atualmente, o contador necessita enriquecer-se de conhecimentos, ter entendimento e ser versátil, isto é, ser um profissional qualificado e capacitado para fornecer informações essenciais para assessorar os seus usuários.

Observa-se nas palavras do autor Montaldo (1995, p. 32), o contador:

Deve desempenhar aqui um papel importante nas negociações inter-regionais, assessorando, pesquisando, trazendo informações e elementos que assegurem o fluxo de informação contínua, que leva a uma tomada de decisão racional, devendo oferecer um serviço socialmente útil e profissionalmente eficiente.

Neste contexto, percebe-se que, com a melhoria da informatização do fisco e a gestão pertinente à internacionalização, é crescente o cruzamento de dados, e o contador necessita estar ciente das dificuldades e inovações que surgem para conduzir com rapidez e qualidade a entrega das informações.

O cenário atual exige empenho e determinação para as transformações, o mercado é competitivo e a disputa dos mercados internacionais não aceita oscilações, o contador carece de uma visão global, apta para atinar-se ao meio social, político, econômico e cultural.

6.1 Áreas de atuação do profissional contábil

A contabilidade é uma das ciências que mais proporciona possibilidades de atividades a serem exercidas pelo especialista contábil. O universitário que elegeu a graduação de Ciências Contábeis para estudar, terá, ao seu dispor, abundantes alternativas de campos de atuação para trilhar sua carreira, conforme descrito no Quadro 2 abaixo:

Quadro 2: Campos de atuação do contador.

Campos de atuação	Descrição
Contador	Profissional que possui a formação superior em Contabilidade e desempenha as atividades contábeis.
Contabilidade Financeira	É a contabilidade geral, fundamental em todas as organizações. Viabiliza informações necessárias aos seus usuários e é obrigatória para cunho fiscal. De acordo com a área em que é praticada, recebe diversas designações, como por exemplo: contabilidade hospitalar, contabilidade de custos, contabilidade pública, dentre outras.
Contabilidade Gerencial	Busca fornecer aos gerentes um conjunto de informações exclusivas para a tomada de decisões. Ela possui um diferencial das contabilidades já abordadas, pois não se vincula aos princípios habituais adotados pelos contadores. O responsável por desempenhar a contabilidade gerencial também é chamado de controller.
Auditor Independente	Profissional liberal que não tem ligação com a entidade em que está efetuando o trabalho de auditoria, embora esteja vinculado a uma empresa de auditoria.
Auditor Interno	Auditor que é colaborador da organização em que faz a análise e conferência da contabilidade e zela pelos contratos internos da companhia.
Perito Contábil	O profissional é responsável por apurar a autenticidade dos registros contábeis. As perícias judiciais ou extrajudiciais são classificadas como trabalhos técnicos de contabilidade e são de competência exclusiva de contadores legitimamente certificados.
Consultor Contábil	Assessora seu usuário com diagnósticos e orientações técnicas. Em amplo avanço no Brasil, não se limita estritamente ao segmento contábil e financeiro, mas conjuntamente engloba a consultoria fiscal, que envolve trabalhos relacionados às obrigações com o fisco, como Imposto de Renda, IPI, ICMS e outros.

Fonte: Adaptado de Marion (2012).

Vale lembrar que, ao término do curso superior em Ciências Contábeis, o estudante deve realizar o exame de suficiência para obter o registro no CRC (Conselho Regional de Contabilidade), regulamentado pela Resolução CFC no 1.373 de 08/12/2011².

Cabe destacar, também, que o registro definitivo de Auditor Independente é conferido ao Contador que estiver registrado no Conselho Regional de Contabilidade e tiver exercido atividade de Auditoria por período não inferior a cinco anos e outras exigências conforme Instrução CVM 308/99. Enquanto para a função de Perito Contábil é necessário o registrado no CRC, regulamentado pela Resolução CFC no 731/92 aprova NBCT 13.

Constata-se também que, em diversos concursos, tais como para Fiscal de Renda, tanto na esfera Federal, como na Estadual e na Municipal, tem notado vasta participação e aprovação de contadores. Além disso, em cargos administrativos, observam-se contadores que cumprem funções de assessoria, cargos de gestores e, inclusive, de diretoria, com pertinente sucesso. Isto é possível em razão do contador ser um componente gabaritado para tais funções, por conseguinte, na realização de sua carreira, entra em comunicação com todos os setores da organização.

É evidente que o profissional contábil é um dos membros que tem mais conhecimento sobre a empresa. Resta, por fim, destacar que ademais deparamos com contadores que executam o cargo de executivos.

6.2 Conhecimentos, Habilidades e Atitudes

Estudos procuram uma concordância no conceito de competência, assim como em sua aplicação na esfera de cargos em organizações. É possível também deparar-se com determinados especialistas de domínios típicos do conhecimento

² Disponível em http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_1373.doc

que optaram por empregar esse fundamento teórico para desenvolver pesquisas relacionadas a competências em múltiplas profissões.

Amparado nos estudos de Ruas et al (2000), verifica-se que o conceito de competência detém uma variedade de interpretações. Ainda de acordo com os autores, trata-se de um termo cujo intuito é demonstrar pontos de vista caóticos da gestão. Embora existam divergências entre autores, para Parry (apud Cardoso, 2009), a palavra competência origina-se do latim *competentia*, e tem o sentido de expressar uma qualidade de alguém que é preparado para solucionar determinada situação com capacidade, habilidade, eficiência e eficácia.

De acordo com Vieira (2002) a competência é fundamentada na filosofia nomeada pela sigla CHA e refere-se a Conhecimento, Habilidade e Atitude. Além de englobar as demandas técnicas, ela é necessária para o entendimento e o desempenho de uma tarefa estabelecida. O conjunto das três atribuições é tudo que uma organização exige de um colaborador para que sua marca seja bem gerida e prestigiada no mercado. A Figura 4, a seguir, apresenta o modelo definido por Rabaglio (2001):

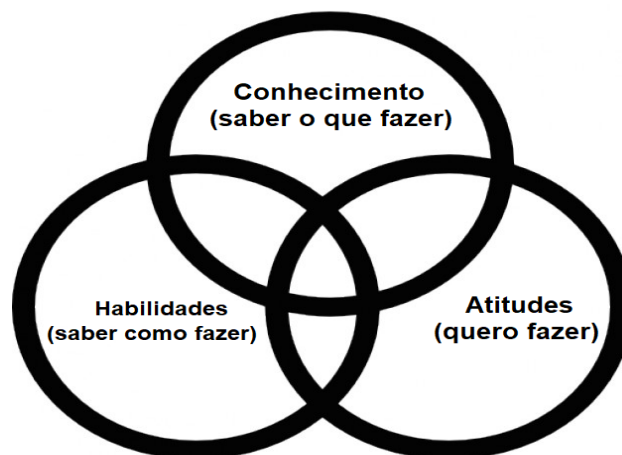


Figura 4: CHA – Conhecimentos, Habilidades e Atitudes
Fonte: Adaptado de Rabaglio (2001)

Nesse modelo de Rabaglio, o “C” representa os conhecimentos que o contador adquiriu no decorrer de sua vida, nas escolas, universidades, cursos e outros, ou seja, é o saber o que fazer. O “H” representa a capacidade que o contador deve ter para realizar determinada tarefa, física ou mental, isto é, o saber

como fazer. E o “A” representa os comportamentos que o contador tem diante de situações do cotidiano e das tarefas desenvolvidas ao longo do dia-a-dia.

Já Ramirez (2000) destaca que os conhecimentos (foco profissional), aliados às iniciativas pessoais (atitudes) e à capacidade de manusear os instrumentos e técnicas profissionais (habilidades), resultam nas competências que caracterizam os profissionais na atualidade.

Torna-se imprescindível debater assuntos relacionados ao contador no sentido de adequação do perfil desse profissional para que ele esteja definitivamente qualificado para exercer sua função no contexto das atuais exigências da contabilidade. Além dos conhecimentos técnicos primordiais, o profissional contábil carece de desempenhar habilidades relacionadas à comunicação, às relações humanas e à administração, cultivando um equilíbrio apropriado entre a formação teórica e a experiência prática.

Cosenza (2001, p. 61) ressalta que “aqueles profissionais que, hoje, ainda ficam presos ao passado e só conhecem, exclusivamente, a contabilidade, em termos de ‘partidas dobradas’, debitando e creditando sem agregar nenhum valor à empresa, estarão com seus dias contados”. Enquanto Carvalho (1999, p. c-8) salienta que “o profissional que só conhece contabilidade, e não enxerga o mundo à sua volta, está morto”.

Tomando por base a Resolução CNE/CES 10, de 16 de dezembro de 2004 o art. 3º, o curso de graduação em Ciências Contábeis deve propor condições para que o futuro contador seja qualificado a:

- I - compreender as questões científicas, técnicas, sociais, econômicas e financeiras, em âmbito nacional e internacional e nos diferentes modelos de organização;
- II - apresentar pleno domínio das responsabilidades funcionais envolvendo apurações, auditorias, perícias, arbitragens, noções de atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais e governamentais, com a plena utilização de inovações tecnológicas;
- III - revelar capacidade crítico-analítica de avaliação, quanto às implicações organizacionais com o advento da tecnologia da informação. (RESOLUÇÃO CNE/CES 10, 2004³)

³ Disponível em http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces10_04.pdf

Buscando outras possibilidades, cabe ainda destacar que a adequação do ensino de contabilidade é uma preocupação constante, daí a necessidade de adaptar o ensino para as inovações exigidas pelo mundo dos negócios. É de extrema importância que a grade curricular do ensino não seja apenas fundamentada no esmagamento de números, com somente o aprendizado de lançamentos de débitos e créditos, mas que focalize em habilidades para a gestão das empresas.

Ainda de acordo com a Resolução CNE/CES 10, 2004, art. 4º, o curso de graduação em Ciências Contábeis deve viabilizar a formação profissional que apresente, no mínimo, algumas das seguintes competências e habilidades:

- I - utilizar adequadamente a terminologia e a linguagem das Ciências Contábeis e Atuariais;
- II - demonstrar visão sistêmica e interdisciplinar da atividade contábil;
- III - elaborar pareceres e relatórios que contribuam para o desempenho eficiente e eficaz de seus usuários, quaisquer que sejam os modelos organizacionais;
- IV - aplicar adequadamente a legislação inerente às funções contábeis;
- V - desenvolver, com motivação e através de permanente articulação, a liderança entre equipes multidisciplinares para a captação de insumos necessários aos controles técnicos, à geração e disseminação de informações contábeis, com reconhecido nível de precisão;
- VI - exercer suas responsabilidades com o expressivo domínio das funções contábeis, incluindo noções de atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais e governamentais, que viabilizem aos agentes econômicos e aos administradores de qualquer segmento produtivo ou institucional o pleno cumprimento de seus encargos quanto ao gerenciamento, aos controles e à prestação de contas de sua gestão perante a sociedade, gerando também informações para a tomada de decisão, organização de atitudes e construção de valores orientados para a cidadania;
- VII - desenvolver, analisar e implantar sistemas de informação contábil e de controle gerencial, revelando capacidade crítica analítica para avaliar as implicações organizacionais com a tecnologia da informação;
- VIII - exercer com ética e proficiência as atribuições e prerrogativas que lhe são prescritas através da legislação específica, revelando domínios adequados aos diferentes modelos organizacionais. (RESOLUÇÃO CNE/CES 10, 2004)

Por essa razão e, considerando a importância de preparar os universitários para o mercado de trabalho, o CFC ressalta a inserção de disciplinas que englobem a área de gestão e modelo de gestão. Essa inclusão possibilitará aos estudantes uma melhor compreensão dos aspectos sistêmicos que abrangem a gestão organizacional, o que provavelmente permitirá a eles amplificar as habilidades fundamentais para contribuir com o sucesso das organizações.

7. ANÁLISE DE MATRIZ CURRICULAR

O presente estudo realizou duas análises, a partir dos temas expostos anteriormente. A primeira, para constatar quais disciplinas estão sendo abordadas de acordo com a Resolução CNE/CES 10, de 16 de dezembro de 2004, em duas importantes instituições de ensino superior do estado do Rio de Janeiro: o IBMEC (Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais), faculdade particular, avaliada como uma das melhores universidades do Brasil na área executiva, e a UFF (Universidade Federal Fluminense), faculdade federal, considerada um dos principais centros de excelência no ensino superior no Brasil.

A segunda análise consiste em relacionar quais disciplinas relacionadas a gestão são abordadas dentro da matriz curricular de cada instituição de ensino. É essencial a análise das duas instituições em virtude da premência de atender às transformações que ocorrem no mercado de trabalho, as demandas que crescem a partir delas e de qual maneira repercute no processo de desenvolvimento do profissional contábil.

Para a obtenção das informações realizou-se uma pesquisa nos sítios eletrônicos das instituições de ensino superior escolhidas para a análise, atentando-se para a matriz curricular ofertada por elas. A pesquisa embasou-se em averiguar quais disciplinas exigidas pela Resolução CNE/CES 10, 2004, são existentes ou não, e quais matérias de gestão são abordadas nos cursos superiores em Ciências Contábeis.

7.1 IBMEC X UFF

De acordo com o *site* da IBMEC⁴, o curso de Ciências Contábeis disponibilizado por ele é descrito a seguir:

A formação é totalmente elaborada com base na nova norma contábil privilegiando a construção de conhecimentos sólidos sobre as normas

⁴ Disponível em <http://www.ibmec.br/rj/cursos/graduacao/gestao-e-negocios/ciencias-contabeis>

internacionais (IFRS), gestão financeira e controle gerencial. Disciplinas de economia, finanças e gestão formam uma sólida base teórica que se integra à prática em *softwares* e habilita o aluno ao gerenciamento nas áreas de finanças corporativas, planejamento tributário, gestão de negócios e sistema de informações. A preparação dos estudantes pode ser comprovada pelos resultados com 100% dos alunos que realizaram o Exame de Suficiência do Conselho Federal de Contabilidade obtendo aprovação. (IBMEC)

Do mesmo modo, observa-se a descrição do curso de Contabilidade ofertado pela UFF em seu *site*⁵. Veja a seguir:

Propiciar o conhecimento das Ciências Contábeis, sua importância e aplicação, formando profissionais com perfeito domínio da técnica contábil e dos valores éticos indispensáveis, com capacidade de análise crítica para o exercício profissional. (UFF)

De acordo com o art. 5º da Resolução CNE/CES 10, 2004, os cursos de graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, deverão atender aos seguintes campos interligados de formação:

- I - conteúdos de Formação Básica: estudos relacionados com outras áreas do conhecimento, sobretudo Administração, Economia, Direito, Métodos Quantitativos, Matemática e Estatística;
- II - conteúdos de Formação Profissional: estudos específicos atinentes às Teorias da Contabilidade, incluindo as noções das atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais, governamentais e não governamentais, de auditorias, perícias, arbitragens e controladoria, com suas aplicações peculiares ao setor público e privado;
- III - conteúdos de Formação Teórico-Prática: Estágio Curricular Supervisionado, Atividades Complementares, Estudos Independentes, Conteúdos Optativos, Prática em Laboratório de Informática utilizando softwares atualizados para Contabilidade. (RESOLUÇÃO CNE/CES 10, 2004)

O Quadro 3 demonstra o resultado da análise das disciplinas exigidas pela Resolução CNE/CES 10,2004:

⁵ Disponível em <http://www.uff.br/?q=curso/ciencias-contabeis/12711/bacharelado/niteroi>

Quadro 3: Análise de disciplinas exigidas pela Resolução CNE/CES 10, 2004.

IBMEC	RESOLUÇÃO	UFF
Conhecimentos Gerais		
<i>Sim</i>	Administração	<i>Sim</i>
<i>Sim</i>	Economia	<i>Sim</i>
<i>Sim</i>	Direito	<i>Sim</i>
<i>Sim</i>	Métodos Quantitativos	<i>Sim</i>
Não	Matemática	<i>Sim</i>
<i>Sim</i>	Estatística	<i>Sim</i>
Conhecimentos Específicos		
<i>Sim</i>	Teoria Contábil	<i>Sim</i>
<i>Sim</i>	Atividades Atuariais	<i>Sim</i>
<i>Sim</i>	Contabilidade Governamental	<i>Sim</i>
<i>Sim</i>	Auditoria	<i>Sim</i>
<i>Sim</i>	Perícia	<i>Sim</i>
<i>Sim</i>	Controladoria	<i>Sim</i>
<i>Sim</i>	Arbitragem	Não
Conhecimentos Teórico-práticos		
<i>Sim</i>	Estágio Curricular Supervisionado	<i>Sim</i>
<i>Sim</i>	Atividades Complementares	<i>Sim</i>
<i>Sim</i>	Conteúdo Optativo	<i>Sim</i>
<i>Sim</i>	Prática em Laboratório de Informática	<i>Sim</i>

Fonte: A autora (2018)

A partir da análise das matrizes curriculares do Curso de Ciências Contábeis ofertados pelas duas instituições de ensino superior, no geral, ambas atendem a Resolução CNE/CES 10, 2004. Porém, observa-se que a faculdade IBMEC não oferta a disciplina de Matemática que é exigida pela Resolução CNE/CES 10, 2004. Contudo, pode-se constatar que ela possui em sua Matriz Curricular a disciplina denominada de Cálculo, que pode ser considerada como uma substituta à Matemática.

Na Contabilidade, a matemática vista na graduação é diferente do que os estudantes aprendem no ensino médio. Ela é mais voltada para a rotina do contador, são cálculos financeiros práticos que serão utilizados no mercado de trabalho.

Enquanto na UFF, verifica-se que ela há oferta da disciplina de Arbitragem. A arbitragem foi instituída por meio da Lei 9.307⁶, de 23 de setembro de 1996. De acordo com o art. 4º, ela pode ser definida como: “Convenção através da qual as partes em um contrato comprometem-se a submeter à arbitragem os litígios que possam vir a surgir, relativamente a tal contrato”.

Segundo o *site* Portal Educação⁷, para a solução do litígio:

As partes podem submeter ao juízo arbitral, através da câmara de arbitragem, laudos periciais contábeis que devem ser elaborados observando as normas aplicáveis às demais formas de perícia. Em qualquer esfera em que a perícia é requerida, diversas são as motivações para o trabalho pericial, cujo resultado será materializado no laudo pericial contábil ou no parecer pericial contábil. (PORTAL EDUCAÇÃO)

Diante disso, percebe-se que a disciplina de Arbitragem caminha junto à disciplina de Perícia e, com isso, pode ser possível que não esteja denominada exclusivamente com o título de Arbitragem na Matriz Curricular da UFF, mas seja abordada juntamente da matéria de Perícia.

Em relação às disciplinas de gestão, capazes de dar ao futuro contador embasamento para contribuir para a tomada de decisão nas organizações, observa-se no Quadro 4 a seguir:

Quadro 4: Disciplinas de gestão abordadas nas universidades.

IBMEC	UFF
Gestão de processos de negócios	Matemática aplicada à gestão de negócios
Gestão de sistemas de informação	Laboratório de prática contábil e gestão
Gestão e controle de custos	Gestão pública contemporânea
Gestão e empreendedorismo	Gestão de ativos intangíveis
	Gestão de riscos corporativos

Fonte: A autora (2018)

⁶ Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9307.htm

⁷ Disponível em <http://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/contabilidade/pericia-arbitral/44041>

Diante das informações do Quadro 4, pode-se constatar que ambas as instituições de ensino exploram disciplinas que englobam gestão em sua matriz curricular e que possibilitam habilidades para o desempenho da profissão.

No atual mundo dos negócios, essas matérias são essenciais para a formação do perfil profissional contemporâneo e as duas universidades se atentam aos conhecimentos propagados aos seus estudantes e demonstram que formam contadores com visão de gestores.

O ensino contábil das faculdades analisadas vem se aprimorando no ensino mais prático, com visão do funcionamento das organizações. Ao término da graduação, espera-se que os novos profissionais formados estejam preparados para enfrentar o mercado de trabalho, e aptos para utilizar adequadamente as ferramentas da contabilidade que foram ensinadas durante o curso para auxiliar na tomada de decisões junto aos diretores e demais gestores.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no que foi visto ao longo desse estudo, observa-se que toda atividade organizacional, seja ela a venda de um produto ou prestação de um serviço, necessita de uma gestão eficiente para o seu sucesso. A cada dia, as empresas buscam melhorar seu processo de gestão para que ele seja adequado e certifique-se de informações vitais ao processo decisório e assegure a sua sobrevivência.

Nesse sentido, aparece dentro das organizações, a contabilidade como uma importante ferramenta de gestão. É através dela que são disponibilizadas informações gerenciais que contribuem para a atuação do gestor, que pode ser, inclusive, o próprio contador. O Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultado do Exercício são os relatórios fundamentais para evidenciar a situação atual da organização. Esses relatórios revelam os pontos fortes e os pontos fracos no âmbito operacional, financeiro, econômico e patrimonial da entidade.

Diante do que foi exposto, conclui-se que a contabilidade é uma ferramenta essencial na gestão de uma empresa, pois ela permite analisar uma ampla quantidade de informações a fim de auxiliar gestores em tomada de decisões. Verificou-se também que identificar as competências do profissional contábil contribui para a evolução desse ofício, uma vez que a sua função é fundamental dentro das empresas e, que elas, juntamente com as ferramentas da contabilidade, cooperam para o sucesso organizacional.

O outro ponto averiguado refere-se ao perfil do contador formado pelas duas instituições analisadas e o perfil exigido pelo atual mercado de trabalho. As duas universidades atendem, de forma geral, a Resolução CNE/CES 10, 2004, contudo a IBMEC não possui disciplina com o título de Matemática, podendo ser substituída pela matéria de Cálculo, pelo fato da matemática vista na graduação é diferente do que os estudantes aprendem no ensino médio. Ela é mais voltada para a rotina do contador, por envolver cálculos financeiros práticos utilizados no dia a dia das empresas.

Enquanto a UFF não possui uma disciplina intitulada de Arbitragem, verificou-se na Lei 9.307 que a Arbitragem caminha junto da Perícia, portanto, pode ser

possível que não esteja denominada, exclusivamente, com o título de Arbitragem na Matriz Curricular da UFF, mas seja abordada juntamente da matéria de Perícia.

Em relação as disciplinas de gestão ofertadas pela Matriz Curricular da IBMEC e da UFF, observou-se que as duas instituições de ensino vem se aprimorando no ensino mais prático, com visão do funcionamento das organizações. É sabido que as mudanças no mundo dos negócios são diversas e acontecem a todo instante, e com isso é indispensável que as graduações de Ciências Contábeis estejam atentas a essas mudanças e, formem profissionais eficientes com a premissa de atender plenamente às organizações.

O profissional contábil necessita dispor de conhecimentos e habilidades gerenciais para a tomada de decisões. Para o contador não é suficiente apenas obter resultados, é necessário entendê-los e saber como utilizá-los.

Esse estudo apresenta limitações em relação ao universo de instituições de ensino analisadas. De acordo com o Ministério da Educação (MEC) em 2017, existiam 1.835 cursos de graduação em Ciências Contábeis no Brasil, dentre cursos presenciais e à distância. Nesse estudo foram analisadas duas instituições de ensino superior, sendo ambas localizadas na cidade do Rio de Janeiro. Portanto, sugerem-se novos estudos para comprovar a realidade das matrizes curriculares de instituições de outras partes do país.

9. REFERÊNCIAS

CARDOSO, Ricardo Lopes; RICCIO, Edson Luiz; ALBUQUERQUE, Lindolfo Galvão de. **Competências do contador: Um estudo sobre a existência de uma estrutura de interdependência**. Revista de Administração - USP: São Paulo, v.44, n.4, 2009.

CARNEIRO, Juarez Domingues *et al.* **Matriz Curricular para Cursos de Ciências Contábeis. Uma proposta da Fundação Brasileira de Contabilidade**. 1ª edição. Brasília: Gráfica e Editora Qualidade, 2017.

CARVALHO, L.N.G. 1999. **Globalização exige novo perfil de contador**. São Paulo, Gazeta Mercantil, 26 de fevereiro, Caderno Administração & Marketing, p. C-8.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à Teoria Geral da Administração**. 6ª edição. São Paulo: Makron Books, 2000.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Manual de direito comercial**. São Paulo: Saraiva, 2004.

COSENZA, P.C. 2001. **Perspectivas para a profissão contábil num mundo globalizado: um estudo a partir da experiência brasileira**. Revista do Conselho Federal de Contabilidade, XXX(130):42-63.

FERREIRA, Victor Cláudio Paradela; CARDOSO, Antônio Semeraro Rito; CORRÊA, Carlos José; FRANÇA, Célio Francisco. **Modelos de gestão. Série Gestão de Pessoas**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

GOMES, Clandia Maffini *et al.* **Estilos de Gestão: Um estudo em pequenas e médias empresas**. Pretexto 2013. Belo Horizonte, v. 14, n. 3, jul/set.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria Avançada de Contabilidade**. 1ª edição. São Paulo: Atlas, 2004.

IUDÍCIBUS, S. de; MARION, J. C. **Introdução à Teoria da Contabilidade para o nível de graduação**. 3ª edição. São Paulo: Atlas, 2002.

IUDÍCIBUS, S de; *et al.* **Manual de Contabilidade Societária**. São Paulo: Atlas, 2010.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade**. 8ª edição. São Paulo: Atlas, 2006.

LACOMBE, Francisco José Masset. **Teoria Geral da Administração**. São Paulo: Saraiva, 2009.

LACOMBE, Francisco José; HEILBORN, Gilberto Luiz José. **Administração - Princípios e tendências**. São Paulo: Saraiva, 2003.

LIKERT, Rensis. **A Organização Humana**. São Paulo: Atlas, 1975.

MARION, José Carlos. **Contabilidade básica**. 10ª edição. São Paulo: Atlas, 2009.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial**. 16ª. edição. São Paulo: Atlas, 2012.

MAXIMIANO, Antônio César Amaru. **Além da Hierarquia: como implantar estratégias participativas para administrar a empresa enxuta**. São Paulo: Atlas, 1995.

MAXIMIANO, Antônio César Amaru. **Introdução à administração**. 3ª edição. São Paulo: Atlas, 1992.

MAXIMIANO, Antônio César Amaru. **Teoria geral da administração: da revolução urbana à revolução digital**. 8ª edição, São Paulo: Atlas, 2018.

MONTALDO, O. **A realidade econômica internacional e a profissão contábil**. Revista Brasileira de Contabilidade. Brasília. Ano 24, nº 92. Mar/Abr. 1995.

MORAES, Anna Maris Pereira. **Introdução à Administração**. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

NASCIMENTO, Auster Moreira *et al.* **Um estudo sobre os efeitos dos estilos de gestão nos resultados econômicos das empresas.** XXXII Encontro da ANPAD. Rio de Janeiro/RJ – 6 a 10 de setembro de 2008.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade Básica.** 3ª edição. São Paulo: Saraiva, 2013.

JÚNIOR, R. Perez; HERNANDES, José. **Controladoria de gestão: teoria e prática.** São Paulo: Atlas, 1995.

RABAGLIO, Maria Odete. **Seleção por Competências.** 2ª edição, São Paulo: Educator, 2001.

RAMIREZ, P.A. 2000. **Formação de competências para o profissional de nível técnico na área de gestão.** São Paulo, SP. Dissertação de Mestrado em Administração. Centro Universitário Nove de Julho – Uninove.

RUAS, R.; GHEDINE, T.; DUTRA, J.S.; BECKER, G.V.; DIAS, G.B. **O conceito de competência de A a Z – análise e revisão nas principais publicações nacionais entre 2000 e 2004.** In: Encontro da associação nacional de pós-graduação e pesquisa em administração, 29., 2005, Brasília. Rio de Janeiro: Anpad, 2005.

SÁ, Antônio Lopes de. **Luca Pacioli: Um mestre do renascimento.** 2ª edição. Brasília: Fundação Brasileira de Contabilidade, 2004.

SCHMIDT, P.; SANTOS, J. L. dos; FERNANDES, L. A. **Fundamentos de contabilidade internacional.** São Paulo: Atlas, 2006.

SCHWAB, Klaus. **A Quarta Revolução Industrial.** São Paulo: Edipro, 2016.

SILVA, Ângelo Alves da. **Gestão financeira: um estudo a cerca da contribuição da contabilidade na gestão do capital de giro das médias e grandes indústrias de confecções do Estado do Paraná.** Dissertação (Mestrado em Controladoria) FEA/USP, São Paulo, 2002.

SWERTS, Gabriela Barreto Araújo. **A inserção da contabilidade nas teorias das decisões.** Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ – v.8, n.2, 2003.

VIEIRA, Francisco Pedro. **Gestão, baseada nas competências, na ótica dos gestores, funcionários e clientes, na empresa de assistência técnica e extensão rural do estado de Rondônia – Emater, RO.** Dissertação de mestrado apresentada na Universidade Federal de Santa Catarina, 2002.